

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “Tekno”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas “TKNO3” e “TKNO4”.

A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização e pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Fazem parte das demonstrações financeiras as seguintes empresas:

Controladas

- Casamob Indústria e Comércio Ltda. (“Casamob”): fabricação de móveis com predominância de metal e fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, destinados aos mercados interno e externo.
- Alukroma Indústria e Comércio Ltda. (“Alukroma”): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. (“Tekrom”): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.

Em 23 de fevereiro de 2018 os sócios da controlada Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. resolveram, de comum acordo, extinguir a Empresa, por não mais interessarem aos sócios a sua continuidade. O sócio Guilherme Luiz do Val ficou incumbido da regularização dos atos junto às repartições públicas competentes e manterá, sob sua guarda, os livros da Empresa extinta, conservando-os na forma e no prazo da Lei.

Controladas em conjunto

- Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda. (“Wolverine/Tekno”): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Perfilor”): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 individuais e consolidadas em um único conjunto, inclusive as notas explicativas, lado a lado.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto também são preparadas em Reais.

(b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Eram as seguintes as taxas em Reais das moedas a seguir relacionadas por ocasião do encerramento do balanço:

	<u>USD (Dólar Americano)</u>
31 de dezembro de 2017 - R\$	3,308
31 de dezembro de 2018 - R\$	3,875

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Perda por redução ao valor recuperável dos estoques

A perda por redução ao valor recuperável dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas, bem como na análise de itens obsoletos ou com baixa movimentação.

(e) Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber

É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, adotando o critério de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos avaliados com risco de perda.

(f) Provisão para riscos fiscais trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(g) Obrigações pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 31.

(h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas na nota explicativa nº 32.

3 Resumo das principais políticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Resultado de equivalência patrimonial”, respectivamente. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica de Resultado Financeiro na demonstração do resultado.

3.3 Ativos financeiros

- a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm

liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A perda por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas por redução ao valor recuperável dos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, com base na análise do valor de venda menos despesas e na análise de itens obsoletos ou com baixa movimentação. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

3.5 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 11, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do

item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment

- Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto ágio), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

- Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

3.13 Prejuízo básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro (prejuízo) básico por ação.

3.14 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

3.15 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em

despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

3.16 Novos pronunciamentos contábeis IFRS

3.16.1 Efetivos

CPC 47 e IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotaram o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Não foram identificados ajustes necessários na contabilidade em referência à adoção da nova norma contábil, portanto, nenhum montante apresentado sofreu alterações.

CPC 48 e IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotaram as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável do contas a receber em despesas com vendas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 560 (R\$ 1.252 no consolidado), reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39 em 'despesas com vendas' e reclassificado para 'perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber' na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Não foram identificados outros ajustes necessários na contabilidade em referência à adoção da nova norma contábil, portanto, nenhum outro montante apresentado foi alterado.

3.16.2 Não efetivos

CPC 06 (R2) e IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 – “Arrendamento mercantil” estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores), e deverá ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária

A Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 16 como arrendatária e entende que nenhum ajuste será necessário em seus ativos e passivos, pois atualmente todos os seus contratos de arrendamento mercantil estão classificados como financeiro e já estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme estabelece o IFRS 16.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora

A Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 16 como arrendadora e entende que nenhum ajuste será necessário em seus ativos e passivos, pois atualmente todos os seus contratos de arrendamento possuem prazo de vencimento de 1 ano.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	313	226	322	645
Aplicações financeiras de liquidez imediata	16.072	19.325	16.464	20.108
Total	16.385	19.551	16.786	20.753

b) Aplicações financeiras de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras de curto prazo	2.193	-	2.193	-

As aplicações financeiras de liquidez imediata e de curto prazo referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 92% e 102% (em 31 de Dezembro de 2017 entre 96% e 103%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

a) Composta por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No país	29.386	21.759	33.297	27.100
No exterior	-	-	68	67
Total	29.386	21.759	33.365	27.167
Partes Relacionadas (Nota 9)	7.587	7.516	1.341	5.005
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(529)	(574)	(1.941)	(1.417)
	36.444	28.701	32.765	30.755

b) Por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer				
Até 30 dias	12.823	10.698	13.906	12.335
De 31 a 60 dias	7.568	6.424	8.255	7.449
De 61 a 90 dias	2.677	1.421	2.934	2.120
De 91 a 180 dias	275	128	453	624
Acima de 181 dias	4	5	4	33
Total a vencer	23.347	18.676	25.552	22.561
Vencido				
Até 30 dias	5.214	2.393	5.480	2.872
De 31 a 60 dias	277	8	323	91
De 61 a 90 dias	19	108	69	226
De 91 a 180 dias	21	315	95	673
Acima de 181 dias	508	259	1.846	744
Total vencido	6.039	3.083	7.813	4.606
Total	29.386	21.759	33.365	27.167

c) Movimentação da perda por redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(574)	(349)	(1.417)	(793)
Adições	(374)	(709)	(1.582)	(1.475)
Baixas por recebimento	15	149	66	223
Perdas realizadas	88	308	665	561
Baixa de provisões constituídas em exercícios anteriores	316	27	327	67
Saldo final	(529)	(574)	(1.941)	(1.417)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos e possuem como procedimento rever tais perdas estimadas trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos avaliados com risco de perda. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

6 Estoques

a) Compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	13.888	11.388	17.990	16.509
Produtos em elaboração	26	18	1.068	614
Matérias-primas	17.068	15.360	22.569	19.188
Material de consumo e outros	4.277	4.377	4.391	4.409
	35.259	31.143	46.018	40.720
(-) Perda por redução ao valor recuperável no estoques de:				
Produtos acabados	(1.702)	(1.609)	(3.021)	(3.360)
Matérias-primas	(1.599)	(1.228)	(1.898)	(1.238)
Material de consumo e outros	(1.505)	(1.550)	(1.505)	(1.550)
	(4.806)	(4.387)	(6.424)	(6.148)
	30.453	26.756	39.594	34.572

b) Movimentação da perda por redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(4.387)	(4.140)	(6.148)	(5.625)
Adições	(1.952)	(2.045)	(2.930)	(2.790)
Reversões	1.533	1.798	2.654	2.267
Saldo final	(4.806)	(4.387)	(6.424)	(6.148)

A despesa com constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos estoques foi registrada na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo circulante</u>				
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	576	198	938	609
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	11.744	12	12.128	552
PIS - Programa de integração social	3.086	-	3.170	298
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	13	-	209	314
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	1	477	103	486
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	-	5	-	5
Outros	-	-	20	-
	15.420	692	16.568	2.264
<u>Ativo não circulante</u>				
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	98	150	950	2.811
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	23	13	1.915	1.491
PIS - Programa de integração social	5	3	417	125
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	-	83
	126	166	3.282	4.510

O aumento dos saldos a recuperar de PIS e COFINS, decorre de um processo judicial movido pela Companhia, e teve transitado em julgado o direito à exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, referente ao período de 29/11/2002 a 29/11/2007. Os créditos apurados no montante de R\$ 6.131, foram registrados no resultado do exercício em “outras receitas operacionais” e o montante de R\$8.657 correspondente a atualização monetária foi registrado em “receitas financeiras”, totalizando R\$ 14.788 em créditos a recuperar.

8 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

a. Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo fiscal diferido - não circulante</u>				
Perda por redução no valor recuperável dos estoques	4.806	4.387	6.424	6.148
Perda por redução no valor recuperável do contas a receber	529	574	1.941	1.417
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	744	1.110	859	1.110
Provisão para obrigações pós-emprego	960	697	960	697
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	3.245	3.580	3.245	3.580
Provisão para comissões a pagar	-	3	8	30
Provisão para indenizações trabalhistas	-	307	-	307
Redução de ágio por rentabilidade futura	1.193	1.193	1.193	1.193
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.625	13.241	61.882	54.839
Provisão para ganhos em operações de hedge	86	-	86	-
Despesas diferidas	27	-	91	362
	<u>21.215</u>	<u>25.092</u>	<u>76.689</u>	<u>69.683</u>
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	<u>7.213</u>	<u>8.531</u>	<u>26.074</u>	<u>23.692</u>
Impostos diferidos ativos não constituídos das controladas Alukroma e Casamob (i)	-	-	(17.518)	(14.151)
	<u>7.213</u>	<u>8.531</u>	<u>8.556</u>	<u>9.541</u>
Compensação com impostos diferidos passivo	(7.213)	(7.092)	(8.556)	(8.102)
Impostos diferidos ativo	-	1.439	-	1.439

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Passivo fiscal diferido - não circulante</u>				
Depreciação referente ajuste de vida útil	(19.351)	(15.988)	(23.301)	(18.958)
Custo atribuído do imobilizado	(3.697)	(4.810)	(3.697)	(4.810)
Arrendamento mercantil financeiro	(4)	(60)	(4)	(60)
	<u>(23.052)</u>	<u>(20.858)</u>	<u>(27.002)</u>	<u>(23.828)</u>
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	<u>(7.838)</u>	<u>(7.092)</u>	<u>(9.181)</u>	<u>(8.102)</u>
Compensação de impostos diferidos ativo	7.213	7.092	8.556	8.102
Impostos diferidos passivo	(625)	-	(625)	-

- (i) A Administração da Companhia tem por regra constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há expectativa de lucro tributável futuro ou até o limite dos saldos de impostos diferidos passivos. Na controladora, os impostos diferidos ativos foram constituídos em sua totalidade.

b. Movimentação dos impostos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	6.700	(6.359)	341	7.390	(7.049)	341
Movimentação no resultado do exercício	2.157	(733)	1.424	2.477	(1.053)	1.424
Movimentação outros resultados abrangentes	(326)	-	(326)	(326)	-	(326)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.531	(7.092)	1.439	9.541	(8.102)	1.439
Movimentação no resultado do exercício	(1.494)	(746)	(2.240)	(1.161)	(1.079)	(2.240)
Movimentação outros resultados abrangentes	176	-	176	176	-	176
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.213	(7.838)	(625)	8.556	(9.181)	(625)

c. Conciliação com o resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.757	(17.128)	5.757	(17.077)
(+) Equivalência Patrimonial	9.178	12.602	(744)	756
(+) Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	(114)	338	(96)	701
	14.821	(4.188)	4.917	(15.620)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de (débito) crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(5.039)	1.424	(1.672)	5.311
Resultado do exercício das controladas Alukroma e Casamob	-	-	(9.921)	(11.653)
(+) Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	-	-	17	72
	-	-	(9.904)	(11.581)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
(=) Imposto de renda e contribuição social ativo não constituído das controladas Alukroma e Casamob (2)	-	-	3.367	3.938
(Despesa) receita de imposto de renda e contribuição social (1-2)	(5.039)	1.424	(5.039)	1.373
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(2.799)	-	(2.799)	(51)
Diferidos	(2.240)	1.424	(2.240)	1.424
	(5.039)	1.424	(5.039)	1.373

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições definidos entre as partes.

a. Saldos de ativos e passivos

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, estão registrados no balanço patrimonial do período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de:

1. Contas a receber de clientes (nota 5):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	4.023	1.320	-	-
Alukroma	2.223	1.192	-	-
	6.246	2.512	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	79	18	79	18
Perfilor	1.262	4.986	1.262	4.986
	1.341	5.004	1.341	5.004
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Guilherme Luiz do Val	-	-	-	1
	-	-	-	1
	7.587	7.516	1.341	5.005

2. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	46	33	-	-
Alukroma (i)	151	-	-	-
Alukroma	3	13	-	-
	200	46	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	42	20	42	20
Perfilor	29	76	29	76
	71	96	71	96
	271	142	71	96

3. Fornecedores (nota 13)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas</u>				
Tekrom	-	173	-	-
Casamob	5.933	-	-	-
	5.933	173	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	-	1	-	1
Perfilor	-	37	-	37
	-	38	-	38
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Albino Advogados (iv)	897	-	897	-
Dezain Consultoria (iii)	-	23	-	23
	6.830	234	897	61

4. Outras exigibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	290	2	-	-
Tekrom	-	22	-	-
	290	24	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Perfilor	18	23	17	23
	308	47	17	23

5. Remunerações a pagar aos administradores

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar aos administradores	98	99

Os saldos a pagar aos administradores estão registrados no balanço patrimonial do período findo em 31 de dezembro de 2018 na rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas.

b. Transações com partes relacionadas:

1. Venda líquida de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	3.621	5.498	-	-
Alukroma	3.024	4.190	-	-
	6.645	9.688	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	888	787	888	564
Perfilor	7.859	6.695	7.859	8.053
	8.747	7.482	8.747	8.617
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Guilherme Luiz do Val	27	-	29	-
	15.419	17.170	8.776	8.617

2. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Controladas</u>				
Aluguéis e condomínios (i)	290	334	-	-
Serviços compartilhados (ii)	140	138	-	-
	430	472	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Aluguéis e condomínios (i)	274	246	274	246
Serviços compartilhados (ii)	258	164	258	164
	532	410	532	410
	962	882	532	410

3. Compra de produtos e serviços, líquido de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	25.025	728	-	-
Tekrom	-	715	-	-
	25.025	1.443	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	9	15	16	19
Perfilor	332	886	332	886
	341	901	348	905
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Dezain Consultoria (iii)	93	279	93	279
Albino Advogados (iv)	1.261	97	1.261	97
	1.354	376	1.354	376
	26.720	2.720	1.702	1.281

(i) **Contratos de aluguel de imóveis**

Celebrado com a controlada Casamob e com as controladas em conjunto Wolverine/Tekno e Perfilor, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo IGPM-FVG.

(ii) **Contratos de prestação de serviços administrativos**

Referem-se aos rateios das despesas administrativas diversas para a controlada Casamob e para a controlada em conjunto Wolverine/Tekno, com prazo de vigência indeterminado, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

(iii) **Contrato de prestação de serviços de consultoria administrativa e financeira**

Refere-se a serviços prestados pela Sociedade Dezain Consultoria, Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., que possui como quotista o conselheiro administrativo Valter Takeo Sasaki.

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria administrativa, financeira, de relações com os investidores e a atuação como diretor estatutário na controlada em conjunto Perfilor, na condição de representante indicado pela Companhia, descontinuado em Abril/2018.

(iv) **Contrato de prestação de serviços advocatícios**

Refere-se a serviços advocatícios prestados pela Sociedade Albino Sociedade de Advogados, que possui como quotista o conselheiro administrativo Fernando Antonio Albino de Oliveira.

4. Venda de ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Controladas</u>				
Casamob	-	12	-	-
Alukroma	-	11	-	-
	-	23	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	-	2	-	2
<u>Outras partes relacionadas</u>				
José Luiz Madeira do Val	-	122	-	122
	-	147	-	124

5. Receita de mútuos financeiros

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
<u>Controladas</u>		
Alukroma	1	7

c. Remuneração dos administradores

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
C.1. Remuneração dos administradores:		
Honorários do conselho de administração e fiscal	742	639
Honorários da diretoria estatutária	1.155	881
	1.897	1.520
Outras remunerações:		
Benefícios e encargos sociais (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada, veículos, FGTS e INSS)	649	545
	2.546	2.065
	Controladora e consolidado	
	2018	2017
C.2. Remuneração do pessoal chave:		
Salários	312	320
Outras remunerações:		
Benefícios e encargos sociais (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada, veículos, FGTS e INSS)	177	148
	489	468

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados nas notas explicativas nº 30 e 31. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R\$ 2.580, já inclusos neste valor todos os encargos sociais e benefícios. A remuneração do pessoal chave não faz parte do montante global da remuneração anual dos administradores aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Investimentos em controladas	23.854	33.970	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15.782	15.038	15.782	15.038
	39.636	49.008	15.782	15.038
Outros	33	33	33	33
	39.669	49.041	15.815	15.071

10.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tekrom		Casamob (i)		Alukroma	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	-	197	24.142	20.614	16.923	18.531
Passivo	-	2	13.931	2.999	3.280	2.370
Capital social	-	400	42.694	42.694	27.682	27.682
Patrimônio líquido	-	195	10.211	17.615	13.643	16.161
Receita operacional líquida	-	1.025	34.918	13.445	6.310	6.230
Resultado do exercício	(1)	(193)	(7.403)	(8.116)	(2.518)	(3.537)
Percentual de participação	-	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

(i) A Receita operacional líquida da controlada Casamob, no exercício de 2018, incluem o montante de R\$ 24.334 referente a revenda de bobinas de aço para a controladora Tekno, devido a nova estratégia adotada pela Companhia de centralização das compras deste produto para obter melhores condições de preço.

10.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	Wolverine/Tekno		Perfilor	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	8.423	7.511	48.875	44.564
Passivo	898	689	24.191	20.697
Capital social	4.748	4.748	57.705	57.705
Patrimônio líquido	7.525	6.822	24.684	23.867
Receita operacional líquida	6.976	6.218	57.218	48.905
Resultado do exercício	703	524	817	(2.067)
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%

10.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora					
	Tekrom	Casamob	Wolverine /Tekno	Perfilor	Alukroma	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	388	17.031	3.085	12.709	11.047	44.260
Capitalização	-	8.700	-	-	8.650	17.350
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(193)	(8.116)	257	(1.013)	(3.537)	(12.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	195	17.615	3.342	11.696	16.160	49.008
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(1)	(7.403)	344	400	(2.518)	(9.178)
Liquidação de sociedade	(194)	-	-	-	-	(194)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	10.212	3.686	12.096	13.642	39.636

	Consolidado		
	Wolverine /Tekno	Perfilor	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	3.085	12.709	15.794
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	257	(1.013)	(756)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.342	11.696	15.038
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	344	400	744
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.686	12.096	15.782

11 Imobilizado

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos
Saldo em 1º de janeiro de 2017	282	18.312	1.714	118.836	1.040	4.446	8.767	566
Adições	-	-	-	7	-	126	863	182
Baixas	-	-	-	(94)	-	(213)	-	(325)
Transferências	-	-	-	9.007	-	228	(9.235)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	282	18.312	1.714	127.756	1.040	4.587	395	423
Adições	-	-	-	38	2	296	516	-
Baixas	-	-	-	(128)	-	(31)	-	(77)
Transferências	-	-	342	99	1	256	(698)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282	18.312	2.056	127.765	1.043	5.108	213	346
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	(5.057)	(1.014)	(69.115)	(829)	(3.040)	-	(284)
Adições	-	(277)	(46)	(3.968)	(31)	(368)	-	(34)
Baixas	-	-	-	64	-	165	-	83
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(5.334)	(1.060)	(73.019)	(860)	(3.243)	-	(235)
Adições	-	(277)	(52)	(3.997)	(31)	(425)	-	(32)
Baixas	-	-	-	117	-	20	-	74
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(5.611)	(1.112)	(76.899)	(891)	(3.648)	-	(193)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282	12.701	944	50.866	152	1.460	213	153
Saldo em 31 de dezembro de 2017	282	12.978	654	54.737	180	1.344	395	188
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2018	-	1,6%	5,1%	4,0%	8,6%	12,9%	-	9,5%
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2017	-	1,6%	5,4%	4,1%	8,7%	12,3%	-	7,5%

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.732	24.318	1.728	131.951	1.167	5.094	8.838	1.250	176.078
Adições	-	-	-	57	-	173	902	428	1.560
Baixas	-	-	-	(94)	(1)	(260)	-	(1.008)	(1.363)
Transferências	-	-	-	9.118	-	227	(9.345)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.732	24.318	1.728	141.032	1.166	5.234	395	670	176.275
Adições	-	-	-	64	9	297	563	-	933
Baixas	-	-	-	(128)	-	(42)	-	(77)	(247)
Transferências	-	-	341	135	1	256	(733)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.732	24.318	2.069	141.103	1.176	5.745	225	593	176.961
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	(5.356)	(1.016)	(70.971)	(859)	(3.331)	-	(580)	(82.113)
Adições	-	(360)	(45)	(4.694)	(43)	(461)	-	(55)	(5.658)
Baixas	-	-	-	64	1	207	-	382	654
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(5.716)	(1.061)	(75.601)	(901)	(3.585)	-	(253)	(87.117)
Adições	-	(359)	(53)	(4.729)	(42)	(502)	-	(54)	(5.739)
Baixas	-	-	-	117	-	24	-	74	215
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(6.075)	(1.114)	(80.213)	(943)	(4.063)	-	(233)	(92.641)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.732	18.243	955	60.890	233	1.682	225	360	84.320
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.732	18.602	667	65.431	265	1.649	395	417	89.158
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2018	-	1,6%	5,1%	4,2%	8,7%	12,8%	-	9,2%	
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2017	-	1,6%	5,3%	4,3%	8,7%	12,7%	-	6,0%	

Os saldos de imobilizado em andamento na controladora e consolidado, referem-se aos investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, realizados pela controladora e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R\$ 2.441 correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 1.256 (R\$ 1.634 em 31 de dezembro de 2017) está classificado no passivo não circulante, líquido de impostos diferidos ativo da mesma entidade legal, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e efetua a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

12 Intangível

	Controladora			
	Marcas e patentes	Direito de uso de softwares	Softwares em desenvolvimento	Total
<u>Custo do intangível bruto</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	30	6.093	509	6.632
Adições	-	60	46	106
Transferências	-	509	(509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30	6.662	46	6.738
Adições	-	11	75	86
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30	6.673	121	6.824
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(30)	(3.714)	-	(3.744)
Adições	-	(518)	-	(518)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(30)	(4.232)	-	(4.262)
Adições	-	(535)	-	(535)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(30)	(4.767)	-	(4.797)
<u>Intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.906	121	2.027
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	2.430	46	2.476
Taxa média ponderada anual de amortização - 2018	10,0%	16,0%	-	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2017	10,0%	15,3%	-	

	Consolidado			
	Marcas e patentes	Direito de uso de softwares	Softwares em desenvolvimento	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	42	8.192	627	8.861
Adições	-	60	46	106
Baixas	(1)	(137)	-	(138)
Transferências	-	627	(627)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41	8.742	46	8.829
Adições	-	11	75	86
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41	8.753	121	8.915
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(32)	(4.404)	-	(4.436)
Adições	(1)	(831)	-	(832)
Baixas	1	19	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(32)	(5.216)	-	(5.248)
Adições	(1)	(840)	-	(841)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(33)	(6.056)	-	(6.089)
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8	2.697	121	2.826
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9	3.526	46	3.581
Taxa média ponderada anual de amortização - 2018	10,0%	15,7%	-	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2017	9,4%	15,2%	-	

As adições de softwares em desenvolvimento referem-se a novas implementações e melhorias no sistema de informação gerencial da controladora e suas controladas. Os principais módulos já foram liberados para utilização conforme o cronograma estabelecido e ainda existem customizações em andamento.

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e efetua a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
No País	7.593	11.886	16.930	13.244
No exterior	-	163	-	185
	7.593	12.049	16.930	13.429
Partes Relacionadas (Nota 9)	6.830	234	897	61
	14.423	12.283	17.827	13.490

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações sociais				
INSS	938	849	1.011	946
FGTS	173	176	199	215
Outros	57	35	68	44
	1.168	1.060	1.278	1.205
Obrigações trabalhistas				
Provisão de férias e encargos	2.384	2.436	2.771	2.962
Provisão para indenizações rescisórias	-	307	-	307
Participação nos lucros e resultados	641	-	641	-
Salários	627	586	718	716
IRRF sobre salários	346	342	380	377
	3.998	3.671	4.510	4.362
	5.166	4.731	5.788	5.567

15 Empréstimos e financiamentos

Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Controladora			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Infraestrutura (i)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	166	191	352
Desenvolve SP (ii)	Pós-fixado	Real	7,50% a.a. + IPCA	Março/2021	1.595	1.537	1.816	3.133
HP Financial (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	122	104	325	447
HP Financial (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	39	-	160	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	574	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	905	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	453	-	-	-
					3.854	1.807	2.492	3.932
Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Infraestrutura (i)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	166	191	352
Desenvolve SP (ii)	Pós-fixado	Real	7,5% a.a. + IPCA	Março/2021	1.595	1.537	1.816	3.133
HP Financial (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	122	104	325	447
HP Financial (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	39	-	160	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	574	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	905	-	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	453	-	-	-
BNDES - Finame Casamob (vi)	Pré-fixado	Real	6,00% a.a.	Abril/2019	17	35	-	17
					3.871	1.842	2.492	3.949

- (i) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,00% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iv) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,06% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (v) Financiamentos FINIMP em moeda estrangeira, adquiridos pela Companhia, para importação de matéria prima, utilizando as aplicações financeiras como garantia da operação. Foram adquiridos contratos a termo de compra de dólar nos mesmos valores e vencimentos da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda.
- (vi) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

Movimentação do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	5.739	6.428	5.791	6.564
Captação	2.661	480	2.661	480
Juros lançados	803	780	805	785
Amortização	(2.299)	(1.210)	(2.335)	(1.293)
Juros pagos	(558)	(739)	(559)	(745)
Saldo Final	6.346	5.739	6.363	5.791

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Tekno detém financiamentos bancários FINIMP no montante de R\$ 1.932 em 31 de dezembro de 2018, que de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcela única, conforme vencimentos demonstrados no quadro anterior. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) que estabelece que, a Tekno detenha R\$ 2.193 de aplicação financeira com o banco Itaú, caso contrário, os empréstimos tornam-se com liquidação imediata.

Em 31 de dezembro de 2018, a Tekno possuía R\$ 10.520 (R\$ 3.566 em 31 de dezembro de 2017) em investimentos com esta instituição.

16 Participações estatutárias

Refere-se ao saldo a pagar da participação que os Administradores (art. 20 do Estatuto Social) fizeram jus no exercício de 2014, cujo montante global foi fixado pela assembleia geral de 28 de abril de 2015.

17 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas e tributários, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

	Controladora						Total
	Trabalhistas	Dep. Judiciais	Sub-total	Tributárias	Dep. Judiciais	Sub-total	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	763	(60)	703	56	-	56	759
Provisões constituídas durante o exercício	491	-	491	-	-	-	491
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(36)	(36)	-	-	-	(36)
Processos perdidos	(200)	41	(159)	-	-	-	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.054	(55)	999	56	-	56	1.055
Provisões constituídas durante o exercício	255	-	255	-	-	-	255
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(97)	(97)	-	-	-	(97)
Processos perdidos	(521)	37	(484)	-	-	-	(484)
Reversões	(100)	19	(81)	-	-	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	688	(96)	592	56	-	56	648
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2017							
Circulante	527	(46)	481	-	-	-	481
Não circulante	527	(9)	518	56	-	56	574
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2018							
Circulante	154	(31)	123	-	-	-	123
Não circulante	534	(65)	469	56	-	56	525

Consolidado							
	Traba- listas	Dep. Judiciais	Sub- total	Tribu- tárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	763	(60)	703	56	-	56	759
Provisões constituídas durante o exercício	491	-	491	-	-	-	491
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(36)	(36)	-	-	-	(36)
Reversões	(200)	41	(159)	-	-	-	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.054	(55)	999	56	-	56	1.055
Provisões constituídas durante o exercício	255	-	255	115	-	115	370
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(97)	(97)	-	-	-	(97)
Processos perdidos	(521)	37	(484)	-	-	-	(484)
Reversões	(100)	19	(81)	-	-	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	688	(96)	592	171	-	171	763
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2017							
Circulante	527	(46)	481	-	-	-	481
Não circulante	527	(9)	518	56	-	56	574
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2018							
Circulante	154	(31)	123	-	-	-	123
Não circulante	534	(65)	469	171	-	171	640

Existem outros processos trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R\$3.589 na controladora (R\$1.344 em 31 de dezembro de 2017) e R\$3.592 no consolidado (R\$1.495 em 31 de dezembro de 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua contabilização.

18 Cauções e depósitos

A Companhia possui depósitos judiciais sobre processos em andamento, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “possível” de perda e assim não sujeitos a constituição de provisão, cujos valores estão demonstrados a seguir:

	Controladora		
	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	8	3.095	3.103
Depósitos levantados	(8)	-	(8)
Depósitos efetuados	36	-	36
Processos perdidos (i)	(41)	(2.078)	(2.119)
Atualização monetária (i)	-	1.264	1.264
Compensação com provisões	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	2.281	2.281
Depósitos levantados	(1)	(2.348)	(2.349)
Depósitos efetuados	139	-	139
Processos perdidos	37	-	37
Atualização monetária	-	156	156
Compensação com provisões	(116)	-	(116)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59	89	148

	Consolidado		
	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	8	3.095	3.103
Depósitos levantados	(8)	-	(8)
Depósitos efetuados	41	-	41
Processos perdidos (i)	(41)	(2.078)	(2.119)
Atualização monetária (i)	-	1.264	1.264
Compensação com provisões	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5	2.281	2.286
Depósitos levantados	(1)	(2.348)	(2.349)
Depósitos efetuados	139	-	139
Processos perdidos	37	-	37
Atualização monetária	-	156	156
Compensação com provisões	(116)	-	(116)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64	89	153

(i) Em 14 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento – PEP de ICMS, instituído pelo decreto nº 62.709/17, para usufruir dos benefícios concedidos no pagamento à vista de um processo tributário de ICMS. A liquidação do processo foi efetuada com a utilização dos depósitos judiciais do processo e o saldo residual corrigido, no montante de R\$ 2.348, foi levantado pela Companhia.

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado estava representado por 2.947.810 ações, sem valor nominal, sendo 1.360.709 ações preferenciais e 1.587.101 ordinárias.

As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76.

b. Reservas de incentivos fiscais de controlada

Saldo composto pela reserva de incentivos fiscais reflexa da controlada Alukroma.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Saldo composto pelo ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009, deduzido do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos.

d. Outros resultados abrangentes

Saldo composto pelos ganhos ou perdas atuariais de provisões pós-emprego e para aposentadoria compulsória.

20 Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O resultado básico por ação foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme o quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	718	(15.704)
Quantidade de ações - média ponderada	2.948	2.948
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,244	(5,327)

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do prejuízo por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

21 Receita de vendas de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas de produtos	104.776	97.547	116.644	109.429
Industrialização para terceiros	64.110	55.402	64.111	55.549
Total da receita operacional bruta	168.886	152.949	180.755	164.978
Deduções da receita	(41.274)	(38.258)	(43.585)	(40.922)
Impostos sobre vendas	(39.187)	(36.103)	(40.162)	(37.603)
Devoluções e abatimentos	(2.087)	(2.155)	(3.423)	(3.319)
Total de receita operacional líquida	127.612	114.691	137.170	124.056

22 Custo dos bens e/ou serviços vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima	69.752	63.545	74.042	66.357
Salários, encargos e benefícios	22.151	22.448	26.414	27.053
Energia elétrica e gás natural	6.624	5.470	6.965	5.777
Depreciação e amortização	4.664	4.645	5.804	5.796
Manutenção	2.457	2.829	2.831	3.372
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	419	247	276	523
Outros custos	1.930	2.164	2.488	3.709
	107.997	101.348	118.820	112.587

23 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas de pessoal	2.894	2.840	4.775	4.823
Publicidade e propaganda	393	385	1.571	2.291
Comissões sobre vendas	9	53	254	500
Material de consumo	138	112	282	305
Despesas de depreciação e amortização	23	16	88	80
Despesas com fretes	998	950	2.128	2.134
Serviços prestados por terceiros	154	333	1.376	1.503
Despesas diversas com vendas	269	374	729	1.068
	4.878	5.063	11.203	12.704

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários da administração	1.897	1.520	1.897	1.520
Despesas de pessoal	7.584	7.585	7.742	8.021
Material de consumo	925	878	927	885
Despesas de depreciação e amortização	662	581	688	614
Despesas de comunicação	319	342	323	348
Serviços prestados por terceiros	3.913	2.727	4.110	2.807
Tributos diversos	636	1.487	851	1.837
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	239	491	354	491
Despesas diversas de administração	845	790	901	848
	17.020	16.401	17.793	17.371

25 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros passivos	(843)	(1.098)	(931)	(1.193)
Variações cambiais passivas	(223)	(27)	(238)	(36)
Variações monetárias passivas	(16)	(1.022)	(16)	(1.022)
Despesas bancárias	(161)	(129)	(249)	(224)
	(1.243)	(2.276)	(1.434)	(2.475)
Receitas financeiras				
Juros ativos	418	835	445	875
Variações cambiais ativas	160	26	201	28
Variações monetárias ativas (i)	8.834	1.335	8.838	1.349
Rendimentos de aplicações financeiras	474	2.180	495	2.194
Outras receitas financeiras	143	889	187	915
	10.029	5.265	10.166	5.361
Resultado financeiro	8.786	2.989	8.732	2.886

- (i) As receitas financeiras com variação monetárias ativas foram impactadas no exercício de 2018, no montante de R\$ 8.657, referente à atualização monetária de créditos a recuperar de PIS/COFINS, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa e conta corrente, reconhecidos pelo custo amortizado e por aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições com altos ratings avaliados por agências especializadas e com baixo risco de crédito.
- Contas a receber: os saldos de contas a receber de clientes da controladora e suas controladas e controladas em conjunto estão denominados em reais. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada perda por redução ao valor recuperável, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior a um ano, conforme apresentadas nas notas explicativas nº 9.a.1 e 9.a.2.
- Fornecedores: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas pelo custo histórico, ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial.
- Empréstimos e financiamentos: A controladora e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos a pagar em moeda local e em moeda estrangeira, reconhecidos pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos de ativos e passivos financeiros estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	18.265	19.325	18.657	20.108
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Caixas e bancos	313	226	322	645
Contas a receber de clientes - circul	36.444	28.701	32.765	30.755
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores - circulante	14.423	12.283	17.827	13.490
Financiamentos	6.346	5.739	6.363	5.791
Partes relacionadas - circulante	308	47	17	23

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto resolvessem liquidá-los antecipadamente.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Controladora							
	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado		Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros		Valor justo total		Valor contábil	
	Nível 2		Nível 2					
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos								
Aplicações financeiras	18.265	19.325	-	-	18.265	19.325	18.265	19.325
Caixas e bancos	-	-	313	226	313	226	313	226
Contas a receber de clientes - circulante	-	-	36.444	28.701	36.444	28.701	36.444	28.701
Passivos								
Fornecedores - circulante	-	-	14.423	12.283	14.423	12.283	14.423	12.283
Financiamentos	-	-	6.346	5.739	6.346	5.739	6.346	5.739
Partes relacionadas - circulante	-	-	308	47	308	47	308	47

Consolidado								
	Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado		Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros		Valor justo total		Valor contábil	
	Nível 2		Nível 2					
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos								
Aplicações financeiras	18.657	20.108	-	-	18.657	20.108	18.657	20.108
Caixas e bancos	-	-	322	645	322	645	322	645
Contas a receber de clientes - circulante	-	-	32.765	30.755	32.765	30.755	32.765	30.755
Passivos								
Fornecedores - circulante	-	-	17.827	13.490	17.827	13.490	17.827	13.490
Financiamentos	-	-	6.363	5.791	6.363	5.791	6.363	5.791
Partes relacionadas - circulante	-	-	17	23	17	23	17	23

Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando a hierarquia de valor justo do nível 2.

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas

controladas e controladas em conjunto possuem como política a contratação de proteção para os ativos e passivos em moeda estrangeira, considerados relevantes ao negócio da Companhia e sujeitos a aprovação da Administração.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros pós-fixadas

Além do cenário provável, a CVM, através da instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

Controladora				
	Acumulado em 2018	Cenário atual	Cenário 1 - 25%	Cenário 2 - 50%
Taxa CDI	6,41%	6,40%	4,80%	3,20%
Rendimento anual das aplicações financeiras	474	1.169	877	584
Efeito no rendimento - redução	-	-	(292)	(584)

Consolidado				
	Acumulado em 2018	Cenário atual	Cenário 1 - 25%	Cenário 2 - 50%
Taxa CDI	6,41%	6,40%	4,80%	3,20%
Rendimento anual das aplicações financeiras	495	1.194	896	597
Efeito no rendimento - redução	-	-	(299)	(597)

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 4,80%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 3,20%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$ 18.265 (R\$ 18.657 no consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R\$ 292 no cenário 1 (R\$ 299 no Consolidado) e de R\$ 584 no cenário 2 (R\$ 597 no Consolidado).

Análise de sensibilidade de variações cambiais

Controladora					
	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do dólar	3,875	4,843	5,812	2,906	1,937
Financiamento em moeda estrangeira - R\$ 1.868 (US\$ 482)	1.868	2.335	2.802	1.401	934
Contrato a termo em moeda estrangeira - R\$ 1.868 (US\$ 482)	1.868	2.335	2.802	1.401	934
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	-	-	-	-	-

Consolidado					
	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do dólar	3,875	4,843	5,812	2,906	1,937
Clientes exterior - R\$ 68 (US\$ 18)	68	85	102	51	34
Financiamento em moeda estrangeira - R\$ 1.868 (US\$ 482)	1.868	2.335	2.802	1.401	934
Contrato a termo em moeda estrangeira - R\$ 1.868 (US\$ 482)	1.868	2.335	2.802	1.401	934
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	-	(17)	(34)	17	34

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 3,875/US\$ (R\$ 4,843/US\$), e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$ 5,812/US\$), o cenário 3 uma valorização de 25% (R\$ 2,906/US\$) e o cenário 4 uma valorização de 50% (R\$ 1,937/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas não apresentariam efeito na controladora. No consolidado, seriam aumento de despesa de R\$ 17 no cenário 1, aumento de R\$ 34 no cenário 2, redução de R\$ 17 no cenário 3 e redução de R\$ 34 no cenário 4.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data em que vencem as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do período.

Controladora								
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total
Inferior a um ano								
De 0 a 3 meses	14.413	2.012	308	16.733	12.283	531	47	12.861
3 a 6 meses	8	979	-	987	-	524	-	524
6 a 12 meses	2	1.028	-	1.030	-	1.025	-	1.025
Total	14.423	4.019	308	18.750	12.283	2.080	47	14.410
Superior a um ano								
1 a 3 anos	3	2.606	-	2.609	-	3.799	-	3.799
3 a 5 anos	-	89	-	89	-	583	-	583
Total	3	2.695	-	2.698	-	4.382	-	4.382

Consolidado								
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total
Inferior a um ano								
De 0 a 3 meses	17.815	2.021	17	19.853	13.477	541	23	14.041
3 a 6 meses	10	988	-	998	12	533	-	545
6 a 12 meses	2	1.028	-	1.030	1	1.043	-	1.044
Total	17.827	4.037	17	21.881	13.490	2.117	23	15.630
Superior a um ano								
1 a 3 anos	3	2.606	-	2.609	-	3.817	-	3.817
3 a 5 anos	-	89	-	89	-	583	-	583
Total	3	2.695	-	2.698	-	4.400	-	4.400

27 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, credores e do mercado, garantindo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas, procurando obter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de capitais próprios e de terceiros.

28 Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros. A controlada Casamob atua no segmento de móveis e a controlada Alukroma atua no segmento de construção civil.

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	51.487	34.851	5.276	16.624	108.238
Não circulante	163	111	1.592	1.569	3.435
Investimentos	9.431	6.384	-	-	15.815
Imobilizado	36.984	25.033	10.240	12.063	84.320
Intangível	1.209	818	122	677	2.826
	99.274	67.197	17.230	30.933	214.634
Passivo					
Circulante	9.662	6.540	3.280	13.815	33.297
Não circulante	4.680	3.167	-	115	7.962
Patrimônio líquido	84.932	57.490	13.950	17.003	173.375
	99.274	67.197	17.230	30.933	214.634

• **Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	42.302	27.620	6.815	12.037	88.774
Não circulante	2.350	1.535	1.375	2.975	8.235
Investimentos	9.118	5.953	-	-	15.071
Imobilizado	39.821	26.000	10.560	12.777	89.158
Intangível	1.498	978	178	927	3.581
	95.089	62.086	18.928	28.716	204.819
Passivo					
Circulante	10.688	6.979	2.371	2.982	23.020
Não circulante	5.313	3.469	-	18	8.800
Patrimônio líquido	79.088	51.638	16.557	25.716	172.999
	95.089	62.086	18.928	28.716	204.819

• **Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2018**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	72.147	48.835	6.310	9.878	137.170
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(63.448)	(35.740)	(7.658)	(11.974)	(118.820)
Lucro (prejuízo) bruto	8.699	13.095	(1.348)	(2.096)	18.350
Despesas operacionais	(3.856)	(9.215)	(1.529)	(6.725)	(21.325)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.843	3.880	(2.877)	(8.821)	(2.975)
Resultado financeiro líquido	2.592	6.195	52	(107)	8.732
Receitas financeiras	2.958	7.070	62	76	10.166
Despesas financeiras	(366)	(875)	(10)	(183)	(1.434)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	7.435	10.075	(2.825)	(8.928)	5.757
Imposto de renda e contribuição social	(1.486)	(3.553)	-	-	(5.039)
Resultado do exercício	5.949	6.522	(2.825)	(8.928)	718

• **Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2017**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	63.590	41.519	6.230	12.717	124.056
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(55.456)	(34.241)	(7.665)	(15.225)	(112.587)
Lucro (prejuízo) bruto	8.134	7.278	(1.435)	(2.508)	11.469
Despesas operacionais	(6.898)	(14.977)	(2.154)	(7.403)	(31.432)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.236	(7.699)	(3.589)	(9.911)	(19.963)
Resultado financeiro líquido	956	2.031	8	(109)	2.886
Receitas financeiras	1.683	3.576	37	65	5.361
Despesas financeiras	(727)	(1.545)	(29)	(174)	(2.475)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	2.192	(5.668)	(3.581)	(10.020)	(17.077)
Imposto de renda e contribuição social	439	934	-	-	1.373
Resultado do exercício	2.631	(4.734)	(3.581)	(10.020)	(15.704)

• **Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2018**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	166	112	(292)	(542)	(556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.849)	(1.251)	(5)	(73)	(3.178)
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades de financiamentos	(206)	(140)	150	(37)	(233)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.889)	(1.279)	(147)	(652)	(3.967)

• **Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2017**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	2.943	1.922	(8.349)	(7.913)	(11.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(454)	(297)	(30)	(398)	(1.179)
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades de financiamentos	(12.019)	(7.848)	8.650	9.659	(1.558)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(9.530)	(6.223)	271	1.348	(14.134)

29 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2018 estavam vigentes as seguintes coberturas de seguros:

Coberturas	Risco coberto	Vigência	Controladora	Consolidado
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, explosão, danos elétricos, furto	Até 13/07/2019	237.917	250.049
Responsabilidade Cível de Diretores, Conselheiros e Administradores	Danos morais, materiais, ambientais, etc.	Até 18/08/2019	10.000	10.000
Responsabilidade civil de produtos	Danos morais, materiais e corporais causados a terceiros	Até 30/01/2019	3.000	3.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2019	404	404
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 02/08/2019	-	349
Transportes de materiais	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 31/08/2019	Valores das mercadorias transportadas	Valores das mercadorias transportadas
Transportes de materiais Importados	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 26/05/2019	Valores das mercadorias transportadas	Valores das mercadorias transportadas

30 Plano de previdência privada – contribuição definida

A Companhia e suas controladas possuem, desde o mês de agosto de 2001 um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas contribuições podem ser reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 394 (R\$ 383 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 450 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

31 Obrigações pós emprego

A Companhia proporciona aos seus empregados um plano de assistência médica pós-emprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregado quanto pela Companhia. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que trata o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de setembro de 1998. Conforme cálculo efetuado pelos consultores atuariais da Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica é de R\$ 960 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 697 em 31 de dezembro de 2017).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	697	2.330
Adições	341	312
Baixas	-	(7)
Ganhos atuariais	(78)	(1.938)
Saldo final	960	697

A movimentação da provisão para benefícios pós-emprego de 31 de dezembro de 2018, inclui R\$ 78 (R\$ 1.938 em 31 de dezembro de 2017) de ganhos atuariais, registradas como outros resultados abrangentes, devido à alteração nas premissas utilizadas. As premissas alteradas referem-se a reajuste anual do plano de saúde, alteração na taxa de juros, ajuste no pagamento de benefícios, variação de inflação e outros fatores.

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2018	2017
Taxa de desconto	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%	80%
Rotatividade	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

32 Aposentadoria compulsória

A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória para os colaboradores. A idade prevista para aposentadoria compulsória corresponde a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

As informações do período findo em 31 de dezembro de 2018 incluem R\$ 3.245 (R\$ 3.580 em 31 de dezembro de 2017) de provisão para aposentadoria compulsória calculada com base nos valores das multas rescisórias dos empregados que atingirem a idade definida para aposentadoria.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	3.580	3.143
Adições	426	395
Baixas	(1.357)	(938)
Perdas atuárias	596	980
Saldo final	3.245	3.580

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2018	2017
Taxa de desconto	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")
Taxa de evolução salarial	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3%	3%
Rotatividade	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

33 Informações adicionais as demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	22	52	22	57
Pagamento de imobilizados no exercício (com efeito no exercício), adquiridos em exercícios anteriores.	(52)	(197)	(57)	(213)
	<u>(30)</u>	<u>(145)</u>	<u>(35)</u>	<u>(156)</u>

34 Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 18 de março de 2018.

Composição do Conselho de Administração

Fernando Antonio Albino de Oliveira
(Presidente)

Valter Takeo Sasaki
(Membro)

Batuíra Rogério Meneghesso Lino
(Membro)

Dilio Sérgio Penedo
(Membro)

Maria Pia Bastos Tigre Buchheim
(Membro)

Composição da Diretoria

Guilherme Luiz do Val
(Diretor Presidente)

José Maria de Campos Maia Netto
(Diretor de Relações com os Investidores)

José Luiz Madeira do Val
(Diretor Administrativo)

Edson da Silva Lopes
Gerente de Controladoria
CRC 1SP116.560/O-3